

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE-BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2020

AZIZ INFORMATICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.301.055/0001-80, com sede em São Roque de Minas/MG, na Rua Francisco Alves de Oliveira, n.º 69, Bairro Centro, CEP 37.928-000, vem, respeitosamente, à presença de V.Sa., por intermédio do seu representante legal infra-assinado, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão que habilitou a suposta vencedora do certame a empresa PREMIER SEGURANCA ELETRONICA LTDA, com fulcro no art. 4º, inciso XVIII da Lei Federal 10.520/02, e item 12 e seguintes do edital convocatório, apresentar o presente:

I - DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cabe ressaltar que a sessão pública que declarou a empresa vencedora do Pregão em referência realizou-se em 21 de Setembro de 2020 e com a classificação do suposto vencedor em 24 de Setembro de 2020, oportunidade na qual a Recorrente deduziu expressamente a sua intenção de recorrer deste resultado. Neste contexto, considerando o prazo editalício de 3 (três) dias úteis contados da manifestação do intento de recorrer, conforme determinado no item 12 do instrumento convocatório, verifica-se que o prazo fatal para interposição do apelo findar-se-á em 30 de Setembro de 2020.

Desta forma, sendo o presente recurso administrativo apresentado em perfeito tempo e modo, deve ser recebido e acolhido para que se proceda à desclassificação da proponente declarada vencedora, conforme as razões doravante explicitadas.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS

DA INABILITAÇÃO DA PROPONENTE DECLARADA VENCEDORA – DO NÃO ATENDIMENTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

11.1.7. Qualificação técnica:

a) Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove(m) QUE JÁ EXECUTOU COM ÊXITO OS SERVIÇOS

DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA COM VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS em pelo menos 2 (dois) municípios distintos simultaneamente.

SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

(...)

4.2.1. A PROPOSTA DEVERÁ CONTER A DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO, COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, CONSTANTES, RESPECTIVAMENTE, DO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL E DO ANEXO II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação). (grifei e negritei)

Foram disponibilizados na plataforma ComprasNet, toda documentação pertinente ao certame, ficando as claras para todos os participantes. Neste sentido ao analisarmos estes documentos constatou-se que;

A empresa não atendeu a integral da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA prevista no item 11.7 “alínea a”, senão vejamos;

11.1.7. Qualificação técnica:

a) Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove(m) QUE JÁ EXECUTOU COM ÊXITO OS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA COM VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS em pelo menos 2 (dois) municípios distintos simultaneamente.

Destarte que o suposto vencedor não apresentou nenhum atestado que contenha o serviço de “VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS” um flagrante do descumprimento as exigências editalícias.

A empresa Premier, apresentou os seguintes Atestados:

1º Atestado - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, datado de 13 de junho de 2019, NÃO POSSUI O SERVIÇO DE VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS, mas apenas “Prestação de serviços de locação de sistemas de circuito fechado de televisão”.

2º Atestado – Tribunal de Justiça do Pará, datado de 10 de junho de 2019, TÃO POUCO POSSUI O SISTEMA DE CFTV, ou seja, NÃO POSSUI O SERVIÇOS DE VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS.

3º Atestado – Serviço da Indústria – SESI, datado de 26 de Outubro de 2019, que a suposta vencedora tenta de forma ardilosa apresentar o serviço de “Monitoramento 24 (vinte e quatro horas) do sistema de alarme e CFTV”, vez que, este serviço nem chega a ser próximo a O SERVIÇO DE VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS.

Fato é que o serviço ora mencionado neste atestado específico está vinculado ao sistema de alarme que apenas entra em tratativa em caso de disparo.

Vale lembrar que o serviço de VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS é muito mais complexo, que apenas verificar as imagens, O SERVIÇO É COMPOSTO POR PROFISSIONAIS DEVIDAMENTE TREINADOS E CAPACITADOS, MONITORANDO TODAS AS CÂMERAS EM TEMPO REAL 24 HORAS POR DIA e não o serviço simples apresentado no atestado (Serviço da Indústria – SESI) que as imagens são acessados em casos de disparo do sistema de alarme ou pior em fatos furtos. Ora uma simples verificação e constatação ou não de intrusão. Vamos exemplificar ambos os serviços;

VIDEOMONITORAMENTO é a atividade desenvolvida por um conjunto de equipamento que captam imagens e as transmitem, em tempo real, para uma central de monitoramento, para serem gerenciadas.

MONITORAMENTO CFTV: Circuito fechado ou circuito interno de televisão (também conhecido pela sigla CFTV; do inglês: closed-circuit television, CCTV) é um sistema de televisão que distribui sinais provenientes de câmeras localizadas em locais específicos, para um ou mais pontos de visualização.

Como a Administração poderá acatar tal atestado, pois o ele não atende o edital em comento? Ou a Administração ira permitir tal afronta a legalidade,

TJ-DF - Agravo de Instrumento AG 3417920088070000 DF 0000341-79.2008.807.0000 (TJ-DF), Data de publicação: 14/07/2008

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - NOVACAP - EMPRESA PARTICIPANTE - EX-MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO - EXONERAÇÃO DO CARGO PÚBLICO ANTES DA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO. 1. CONSOANTE OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LEI Nº 8.666 /93, O PROCESSO LICITATÓRIO DEVE SER AMPARADO POR CRITÉRIOS DE IMPESSOALIDADE, MORALIDADE E LEGALIDADE. 2. HAVENDO INDÍCIOS DE QUE A LICITAÇÃO ENCONTRA-SE ESCOIMADA EM VANTAGEM ILÍCITA A UM DOS PARTÍCIPES, IMPÕE-SE A SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DECORRENTE DO EDITAL DE LICITAÇÃO, POR AFRONTA AOS PRINCÍPIOS LEGAIS. 3. DEU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Encontrado em: COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 11ª ED., PROCURADOR, EMPRESA, LICITANTE VENCEDOR, CARACTERIZAÇÃO, INDÍCIO, FAVORECIMENTO, VIOLAÇÃO, PRINCÍPIO ...DA

IMPESSOALIDADE, PRINCÍPIO DA MORALIDADE, LEGALIDADE, ATO ADMINISTRATIVO.

Não podemos ficar calados diante de tamanha barbárie, o Edital deve ser seguido em sua íntegra, se não qual seria o sentido de determinar sem a exigência de atendimento?

Como é rotineiro a Recorrida poderá até tentar argumentar que o pregoeiro não solicitou tal comprovação e até tentar fazer crer que isso é um mero detalhe ou uma forma escrita diferente do mesmo serviço, o que já está mais claro que água de rocha que são serviços distintos.

Outra óbice é o grave erro encontrado da Proposta comercial da empresa Premier, o não atendimento aos itens 4.2.1 e 10.1, vejamos;

SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (...)

4.2.1. A PROPOSTA DEVERÁ CONTER A DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO, COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, CONSTANTES, RESPECTIVAMENTE, DO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL E DO ANEXO II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação). (grifei e negritei)

O que não aconteceu, ou seja, não apresentou as especificações técnicas mínimas exigidas, como será realizada a fiscalização deste equipamento vez que a suposta vencedora não apresentou se que a determinação editalícia do item 4.2.1 e ainda o item 4.10.1 outro DESATENDIMENTO DO EDITAL.

4.10.1 Previamente à instalação, os equipamentos deverão ser apresentados pela Contratada à fiscalização do ajuste para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

Apenas para não dizer que o edital não apresentou especificação segue o item 5.

5. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DAS CÂMERAS

5.1. TIPO FIXA IP DOME INTERNA E FIXA IP BULLET EXTERNA

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DAS CÂMERAS

TIPO FIXA IP DOME INTERNA E FIXA IP BULLET EXTERNA

Full HD
Infravermelho
Day&Night
Gravador de som
Redução de ruído 3D
Iluminação mínima
Backlight
Grau de proteção IP67
Possibilidade de acesso ao monitoramento via internet pela Contratada
Alcance de Nitidez de Imagem podendo visualizar com clareza o rosto humano a 30m
Ângulo de visão de 90% a 180%

Como pode ser observado acima a documentação tanto os "ATESTADOS" QUE ATENDEM O OBJETO LICITADO quanto a "PROPOSTA" já deveria ser anexada ao sistema antes do início do certame conforme preconiza o Decreto nº 10.024/2019 o que não foi feito, vejamos o que o Decreto determina;

Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, CONCOMITANTEMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, ATÉ A DATA E O HORÁRIO ESTABELECIDOS PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA. (grifei e negritei)

Ora, a proposta já deveria ter sido recusada por deixar de APRESENTAR ATESTADO QUE NÃO ATENDEM AO ITEM 11.1.7 E POR SUA PROPOSTA POR NÃO ESTÁ DE ACORDO OS ITENS 4.2.1 E 4.10.1, NÃO ATENDENDO AO EDITAL DE LICITAÇÃO, fato é que após observar a documentação dos concorrentes verificou que NÃO ATENDEU A ÍNTEGRA DO EDITAL e enviou juntada a documentação de habilitação vários atestados com a TENTATIVA PASSAR DESPERCEBIDO O NÃO ATENDIMENTO EDITALÍCIO.

Deixar de atender as exigências editalícias PASSÍVEL DE INABILITAÇÃO.

Observemos que o item 10.10 e 11.1 determina que a empresa para ser sagrada vencedora deva atender a TODAS AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL sem alternativas.

Ressaltamos que o edital é nítido ao determinar que para aceitabilidade da proposta vencedora deva atender a íntegra do previsto na licitação.

A proposta foi apresentada contendo vício insanável, conforme já apresentado.

Nosso questionamento é simples como pode a Administração Pública aceitar uma empresa que não atende as exigências editalícias? Visto a própria vinculação ao edital, seria uma afronta ao princípio de Legalidade.

Não somente, não podemos nos esquecer de que:

As regras sobre os defeitos inaceitáveis das propostas, que implicam a sua desclassificação, estão previstas no art. 24 da Lei 12.462. O dispositivo legal tem a seguinte redação:

“Art. 24. Serão desclassificadas as propostas que:

- conttenham vícios insanáveis;
- não obedeçam às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;
- apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permaneçam acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no art. 6º desta Lei;
- não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração pública; ou
- apresentem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanáveis.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A administração pública poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso IV do caput deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários considerados relevantes, conforme dispuser o regulamento.”

Seguindo a sistemática prevista no art. 48 da Lei 8.666, o art. 24 da Lei 12.462 prevê a desclassificação das propostas tanto por vício de desconformidade quanto por defeito de preço. Porém, o dispositivo em questão apresenta algumas diferenças significativas em relação à disciplina do tema dada pela Lei 8.666.

O dispositivo da Lei 12.462 não contém a cláusula genérica que consta do art. 48 da Lei 8.666, que prevê a desclassificação das “propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação”. O art. 24 da Lei 12.462 contém disposições de conteúdo mais restrito. Trata-se dos incs. I e V, que preveem a desclassificação das propostas que conttenham vícios insanáveis, e do inc. II, que determina a desclassificação das propostas que não tenham observado as “especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório”.

Avulta, pois, a lesão aos princípios fundamentais que orientam os procedimentos licitatórios, especialmente o Princípio da Isonomia, diante do aniquilamento da igualdade de oportunidades entre os concorrentes, o que, em última instância, impede que a Administração obtenha a proposta que lhe é mais vantajosa, dentro de um contexto de economicidade, eficiência e LEGALIDADE.

Não só isso. Violentados o nuclear princípio da legalidade e os princípios da impessoalidade e da competitividade do certame, posto que, com o devido respeito, deferiu-se privilégio injustificado à empresa declarada vencedora, ao se lhe declarar vencedora mesmo não tendo cumprido previsão expressa no Edital para envio de indispensáveis das comprovações editalícias.

NESTE SENTIDO NÃO CABE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ALEGAR, EXCESSO DE FORMALISMO, pois para tal apenas poderia ser levado em consideração se o NÃO ESTIVESSE PREVISTO NA LICITAÇÃO PARA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E DA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA, o que já este mais do que provado sua necessidade.

O Tribunal de Contas da União – TCU posiciona-se veementemente contra o excesso de formalismo, quando o edital prevê exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário. O QUE OBVIAMENTE NÃO FOI O CASO, pois a ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO EQUIPAMENTO JUNTAMENTE COM O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA evitará que Administração realize a contratação de uma empresa que não alcançará a EFICIÊNCIA/QUALIDADE evitando a má prestação dos serviços e pior acarretando diversos prejuízos a administração pela inexecução contratual.

Ora, não se pode admitir que o NÃO ATENDIMENTO AO EDITAL SEJA CONSIDERADO UM MERO ERRO – ainda mais em se tratando de comprovações que foram exigidas para que o vencedor na fase de lances possa ser Habilitado como vencedor do certame – não seja considerado como mero erro formal, mas sim passível da desclassificação da proposta.

III – DO DIREITO

Assim, imperioso trazer à baila a regra contida no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, a qual expressamente impõe à Administração o dever de, em prol do Princípio da Isonomia, extirpar do procedimento licitatório quaisquer condições que frustrem o caráter competitivo do certame, in verbis:

Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE, DA MORALIDADE, DA IGUALDADE, da publicidade, da probidade administrativa, da VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento) (grifo nosso)

§ 1º É VEDADO AOS AGENTES PÚBLICOS:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e ESTABELEÇAM PREFERÊNCIAS OU DISTINÇÕES EM RAZÃO DA NATURALIDADE, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (grifei e negritei)

No mesmo sentido, o entendimento do insigne MARÇAL JUSTEN FILHO, para quem são inválidos e ilegais, ou seja, plenamente suscetíveis de anulação, reversão ou revogação, quaisquer atos do procedimento licitatório que resultem do comprometimento da justa e imparcial competição entre os licitantes:

"O ato convocatório da licitação deve estabelecer condições que assegurem a seleção da proposta mais vantajosa (de acordo com a concepção de vantajosidade adotada), com observância do princípio da isonomia. É essencial que a licitação seja um procedimento orientado por critérios objetivos, sendo ilícita a adoção de cláusulas ou quaisquer práticas que, de modo parcial ou total, restrinjam, afetem ou dificultem ilegitimamente a competição.

Logo o não atendimento aos documentos/declarações solicitadas no referido edital deveria ter sido inabilitada pela ausência do documento que é previsto em diversos pontos do edital.

Fato é que, houveram irregularidades procedimentais explícitas que ilustram vício de grave magnitude, pois ferido de morte o PRINCÍPIO DA ISONOMIA, devendo importar na inabilitação da empresa declarada vencedora, retificando o resultado anunciado em 24 de Setembro de 2020 e proceder com a do próximo colocado para devida análise de sua documentação para habilitação.

O que denota a violação cometida aos princípios da ISONOMIA e da IMPESSOALIDADE in casu.

Por todas essas razões, e para que se preserve a presunção de legitimidade no agir dessa Administração, deve ser reconhecida a retificação do julgamento deste Pregão, sob pena de se convalidar procedimento administrativo eivado por vícios insanáveis. Conforme se sabe, o Decreto Federal nº 5.450/05, em seu art. 5º, dispõe que:

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Acerca do princípio da impessoalidade, inobservado neste certame, assim é o entendimento da doutrina pátria, no escólio de JUAREZ FREITAS:

"O princípio da imparcialidade (que o constituinte preferiu denominar princípio da impessoalidade) deriva do princípio geral da igualdade. Mister traduzi-lo como vedação constitucional de toda e qualquer discriminação antijurídica, negativa e atentatória contra os direitos fundamentais e, noutra faceta, como obrigação de reduzir as assimetrias iníquas, nos termos do art. 3º da CF. Em outra dicção, quer-se "objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades". Trata-se da vedação de discriminação negativa explícita ou implícita, mas não só. Impõe-se praticar ações afirmativas ou discriminações inversas e positivas, justificadamente proporcionais e igualitárias.

Segundo o princípio em tela, a Administração Pública precisa dispensar tratamento isonômico de oportunidades, sem privilégios e direcionamentos espúrios, tampouco manobras persecutórias, sequer as movidas por supostas boas intenções".

Prossegue sobre o tema o ilustre MARÇAL JUSTEN FILHO, informando que o princípio da isonomia não vige somente nos momentos anteriores à fase externa, e sim, de forma obrigatória, durante todo o procedimento licitatório:

Depois de editado o ato convocatório, inicia-se a chamada fase externa da licitação. Os particulares apresentam as suas propostas e documentos, que serão avaliados de acordo com os critérios previstos na Lei e no ato convocatório. Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado. Também nessa etapa se exige o tratamento isonômico. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Apelação Cível : AC 0002801-88.2014.8.13.0476 MG

Ementa

REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - RESSARCIMENTO AO ERÁRIO - SUPERFATURAMENTO EM LICITAÇÃO - INOCORRÊNCIA - CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS - IMPOSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

1 - A Ação Civil Pública é o instrumento processual adequado à proteção do patrimônio público, conforme art. 1º da Lei nº 7.347/85;

2 - A cotação de preços é fase interna que se destina à escolha da modalidade da licitação e serve como parâmetro para a desclassificação das propostas com valor superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, não caracterizando superfaturamento a sua inobservância.

3 - A condenação do autor da Ação Civil Pública ao pagamento de honorários de sucumbência somente se justifica se comprovada a litigância de má-fé.

Decisão

REFORMARAM PARCIALMENTE A SENTENÇA, EM REEXAME NECESSÁRIO, PREJUDICADO O RECURSO VOLUNTÁRIO

Rogando-se, aqui, a retificação do resultado verificado e a convocação da próxima licitante pela ordem de classificação verificada, para que, em prol da presunção de legitimidade do agir administrativo e, ainda, por força do juízo de autotutela peculiar às autoridades licitantes, sejam tais incongruências procedimentais definitivamente suplantadas.

IV – CONCLUSÃO E PEDIDOS

Diante de todo o exposto, tendo-se como norte a salvaguarda do interesse público versado na espécie, requer a Recorrente:

a) Seja recebido, conhecido e provido o presente recurso administrativo, para que em observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade, isonomia, impessoalidade e competitividade do certame, se determine a inabilitação e a desclassificação da empresa PREMIER SEGURANCA ELETRONICA LTDA, ante as irregularidades de descumprimento flagrante das exigências de habilitação previstas no edital, consoante acima clarificado;

b) À última, não sendo acolhidos os pedidos supra, o que se conjectura apenas por apreço ao debate, requer seja o presente recurso administrativo remetido às INSTÂNCIA SUPERIORES para apreciação e julgamento, conforme a dicção do art. 109, §4º da Lei Federal 8.666/93, com o que espera a Recorrente seja recebido e provido, para fins de anulação ou revisão do ato ilegal emitido por esta Superintendência Regional, em juízo hierárquico superior;

Nestes termos, pede deferimento.

De São Roque de Minas, 30 de Setembro de 2020.

AZIZ INFORMATICA LTDA
Ricardo Aziz Barbosa

Fechar